

A TAXA DE CÂMBIO E OS IMPACTOS NO SETOR EXPORTADOR PARAENSE.

Adrian Zacarias Silva De Oliveria – UFPA

Heriberto Wagner Amanajás Pena – UEPA/UFRA

RESUMO

A finalidade desta monografia é tentarmos fazer uma análise crítica sobre o impacto da política cambial como regulador do setor exportador paraense.

Nesse sentido, procuraremos abordar a concepção de política cambial, taxa de câmbio, Produto Interno Bruto, balança comercial, juros, especulação, etc..

Para entendermos porque a política cambial é capaz de regular o comércio exportador no Brasil e no Pará. Além de analisarmos o crescimento do volume de exportação no Pará, os principais produtos exportados, empresas e destino no mercado externo. No intuito, de entendermos a realidade atual desse mercado, e a desvalorização cambial em relação ao dólar como uma estratégia que revele a competitividade da economia nacional e regional, priorizando perspectivas positivas para a balança comercial.

Palavras-chave: Taxa de Câmbio; exportações; comércio exterior; Pará.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to try to make a critical analysis on the impact of the cambial politics as regulating of the paraense exporting sector. In this direction, we will look for to approach the conception of cambial politics, tax of exchange, Gross domestic product, trade balance, interests, speculation, etc. To understand because the cambial politics is capable to regulate the exporting commerce in Brazil and Pará. Beyond analyzing the growth of the volume of exportation in Pará, the main exported products, companies and destination in the external market. In intention, to understand the reality of this market, and the cambial depreciation in relation to the dollar current as a strategy that

discloses the competitiveness of the national and regional economy, prioritizing perspective positive for the trade balance.

Keywords: Exchange rate exports; trade; Para.

1 - INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica paraense sempre se manteve intimamente interligada com as expectativas internacionais. Fato este, que se comprova a partir de 1990, quando a economia nacional e paraense acelera seu processo de abertura econômica visando uma melhor preparação para o processo de globalização, tendo em vista que a desregulamentação dos mercados como uma das consequências desse processo torna os capitais mais voláteis, daí a importância de se avaliar a taxa de câmbio como um instrumento de política econômica, capaz de regular o setor exportador paraense, e mais do que isto adotar uma política cambial que satisfaça o objetivo proposto pelo trinômio da política econômica e se consiga gerar um crescimento econômico.

Nesse sentido, no primeiro capítulo desta monografia estão reunidos aspectos conceituais da taxa de câmbio e o mercado de câmbio, com o intuito de usarmos uma linguagem capaz de ser acessível a todos os leitores e públicos, aos empresários com formação superior, ao empresário de pouca escolarização (alfabetizado). Mas, que todos a quem interessarem possam fazer uso deste trabalho nos seus negócios e empreendimentos financeiros no Pará.

No segundo capítulo, analisaremos o processo de especulação cambial como regulador do fator de desequilíbrio do preço de moedas e do comércio de exportação no Brasil e no Pará, para entendermos como o mercado internacional rege a política econômica adotada pelo Governo representado pelo Banco Central, e como a política econômica pode se tornar positiva ou negativa para o setor exportador no Pará.

No terceiro capítulo, abordaremos a política cambial e as exportações no Pará. Quais os desafios a vencer para o crescimento e as perspectivas futuras, além de observarmos tabelas e gráficos que revelam o crescimento do setor exportador paraense, os principais produtos, empresas, destino das exportações e o saldo da balança comercial de 1990 à 2006.

Finalmente, o quarto capítulo, faz-se as considerações a respeito do potencial da economia paraense e o cenário especulativo vivido hoje no momento da baixa do dólar, prevendo assim uma grande crise econômica no setor exportador paraense.

2 – A TAXA DE CÂMBIO E O MERCADO CAMBIAL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.

Cada país tem uma moeda na quais os preços de bens e serviços são cotados – o dólar nos EUA, o euro Alemanha, o iene no Japão etc. por isso, o preço de uma moeda em relação a outra é denominada taxa de câmbio.

Os indivíduos e as empresas utilizam as taxas de câmbio e para traduzir os preços estrangeiros em torno da moeda doméstica. Uma vez que os preços monetários dos bens domésticos importados e exportados seja expressos na mesma moeda, os indivíduos e as empresas podem computar os preços relativos que afetam os fluxos do comércio tanto internacional quanto nacional.

A diferença cambial entre a moeda de um país e outro é originadas pela forte influência sobre a conta corrente e outras variáveis macroeconômicas. As taxas de câmbio estão entre os preços mais importantes em uma economia aberta.

Como a taxa de câmbio, corresponde ao preço da moeda de um país em torno da moeda de outro, é também o preço de um ativo, os princípios que governam o comportamento das taxas de câmbio. O ativo da esquerda e nem um ativo é que ele é o uma forma de riqueza, uma maneira de transferir poder de compra do presente para o futuro. O preço que um ativo tem hoje está; portanto, diretamente relacionado aos bens e serviços de que os compradores esperam obter o futuro. Similarmente, a taxa de câmbio dólar / euro de hoje está muito

relacionada a expectativa sobre o nível futuro da taxa. Assim como o preço das ações da Microsoft aumenta rapidamente e quando surgem notícias favoráveis sobre perspectivas futuras da Microsoft, as taxas de câmbio respondem imediatamente a quaisquer notícias referentes aos valores futuros das moedas.

“A política cambial trata, portanto da relação de valor entre a moeda nacional – o real e as moedas de outros países, principalmente o dólar” (BRUM, 1999. P.499).

Segundo o autor, desde a implantação do plano real (\$) pelo governo FHC em 1º de julho de 1994. Para dar força ao real e sustenta-lo forte. O governo na época o vinculou ao dólar. Daí a expressão “âncora cambial”. Esse vínculo à moeda norte-americana aumentou a credibilidade internacional. A relação de valor e instituída pelo governo quando lançou moeda. Na época, podíamos compará-las semelhantemente porque valiam o mesmo poder aquisitivo (R\$ 1,00 = US\$ 1,00). Mas, o mercado acabou valorizando ainda mais o real, na prática. US\$ 1,00 (um dólar) chegou a ser comprado por apenas R\$ 0,83 (oitenta e três centavos) por alguns meses depois da implantação do plano real.

Essa sobrevalorização do real teve com seqüências positiva e negativa. Entre positivas: Ajudou a derrubar a inflação. Tabela 01 fortaleceu ainda mais a confiança dos brasileiros na sua nova moeda (e nos pais); provocou a redução dos preços dos produtos importados, forçando a queda dos preços internos; ou aceleração do processo de modernização e das empresas estabelecidas no país; favoreceu as empresas na importação de máquinas e equipamentos (mais baratos); contribuindo para intensificar a modernização das indústrias e aumentando a produtividade, a eficiência e a competitividade; perdeu dinheiro em que tentam especular com dolo, apostando no fracasso do plano real. (BRUM, 1999).

Tabela 01 - Evolução do Produto Interno Bruto, da Inflação e da Balança Comercial 1993 a 1998.

ANO	CRESCIMENTO DO PIB (%)	INFLAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO EM DOLARES	SALDO
-----	---------------------------	----------	------------	--------------------------	-------

1993	4,9	2.708,60	38,60	25,30	13,30
1994	5,8	1.093,80	43,50	33,10	10,40
1995	4,2	14,80	46,50	49,90	-3,40
1996	2,80	9,30	47,70	53,30	-5,50
1997	3,70	7,50	53,00	61,30	-8,30
1998	0,20	1,70	51,10	57,50	-6,40
1999	-2,0	12,00	51,00	46,00	5,00

Fonte: Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas e IBGE.

- Projeção do Autor.

Entre as com seqüências negativas da sobrevalorização cambial identificam-se as seguintes: desequilíbrio acentuado da balança comercial, resultante do pequeno crescimento das exportações e do aumento rápido e exagerado das importações, fazendo o país passarem de um superávit de mais de US\$ 10 bilhões em 1994 para sucessivos déficits nos anos seguintes (Tabela 01); crise quase generalizada dos setores ligados à exportação, que perde em competitividade devido ao baixo valor do dólar, com perda de mercados, sempre difíceis de conquistá-los; falência de indústrias, sobretudo pequenas e médias empresas que não conseguiram enfrentar a concorrência da competição dos produtos importados, da falência de empreendimentos econômicos e do processo de modernização e reestruturação das empresas.

Mas, o governo interveio no câmbio com uma nova política em março de 1995. Desvalorizou o real (\$) em torno de 7% e criou um sistema de banda cambial. Passou também a adotar uma política gradualista de desvalorização do real com o objetivo de, sem trazer de volta a inflação. Pois, o plano foi criado para isso; estimular as exportações, equilibrar a balança comercial, depender menos do capital estrangeiro, reduzir os juros e fazer o país voltar a crescer. O dólar então passou a flutuar sobre valores de (bandas) mínimo e máximo preestabelecidos pelas autoridades monetárias (banco central). A cada ano, aproximadamente, eram definidas as novas bandas (mínimo e máximo) para a cotação do dólar. Essa política cambial gradualista foi-se revelando o insuficiente. Outras crises em outros países repercutiram negativamente no país e como a crise da Ásia, e no México. Em decorrência disso, em 15 de janeiro 1999 o governo viu-se obrigado a mudar a política cambial, passando a

adotar o sistema de “livre” flutuação do câmbio (liberdade cambial administrada) o que provocou novas crises em todos os setores produtivos. Pois, o dólar se sobrevalorizou em relação ao real. Esta política cambial são questões que atingem todo o país. Ele integra a esse conjunto básico e abrangente as políticas monetárias, de crédito e de juros, de câmbio, fiscal e tributária, orçamentária, de exportação e importação, salarial, agrícola, industrial etc.

Essas questões são extremamente complexas – qualquer mudança no aspecto geralmente provoca reflexos – positivas e negativas – em vários outros, o que requer estudos, prognósticos e avaliações criteriosas. Por outro lado; o Brasil não é essa ilha isolada. Relaciona-se com um mundo. E os acontecimentos e as mudanças externas repercutem aqui dentro e em todos os setores comerciais do Brasil.

3- O CÂMBIO COMO REGULADOR DE PREÇO DA MOEDA ESTRANGEIRA E DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL E DO ESTADO DO PARÁ.

A política instituída como desregulamentação financeira, que por sua vez só se tornou explícita a dos principais governos capitalistas desde a década de 80. No Brasil vem provocando grandes ataques especulativos contra a moeda nacional. Nesse sentido, os países-membros do FMI tinham o poder de decisão da não obrigatoriedade de manter regimes cambiais com taxas fixas.

Alterada a taxa de câmbio, cabe ao poder público intervir no mercado de câmbio vendendo ou comprando divisas, de modo a perpetuar a cotação de sua moeda dentro de uma estreita faixa de variação com limite inferior e superior em torno do novo valor declarado. Desse modo, a grande intenção era que cada governo deveria dispor de reservas cambiais suficientes para poder regular de forma adequada o mercado de divisas, e mais do que isto o governo em última instância deveria subordinar o movimento internacional dos capitais, por seus cidadãos a objetivos nacionais. No entanto, o comprometimento de garantir a conversibilidade do dólar em ouro a uma taxa declarada, não conseguem perpetuar, pois, os Estados Unidos da América cargo chefe dessa

política sofrem um ataque especulativo contra a sua moeda e ao mesmo tempo não teve competência suficiente para negociar com os outros governos o realinhamento das taxas cambiais que por sua vez iriam permitir o reequilíbrio das contas externas e internas do país.

A quebra da conversibilidade do dólar e dessa forma liquidando em parte o sistema internacional de pagamento até então em vigor, pois, o que se pretendia com esse sistema era uma regulamentação mais rígida sobre o controle de capitais adotando-se para isso o uso das taxas fixas de câmbio assim defendidas em Bretton woods e dessa forma se constitui uma estrutura regulatória. Mas, por outro lado, nem todos os países adotavam o sistema com a rigidez desejada e com conseqüência países europeus iniciaram esse processo relaxar em alguns desses controles, e como também já foi dito os E.U.A não resistiram aos ataques especulativos e o sistema internacional de pagamento que foi improvisado para substitui o de Bretton Woods consagrou por assim dizer livre flutuação das taxas de câmbio, deixando a mercê de cada governo definir o seu regime cambial. É, o que acontece aqui no Brasil. O Banco Central tem este papel de regulador da variação cambial conforme os ataques especulativos de fatores que favorecem investimentos futuros. (BRUM, 1999, P.317).

Sabemos que a taxa como variável econômica. Ou seja, para promover um superávit na comercialização de bens e serviços, as taxas de juros sofrem total influência das políticas econômicas (Fiscal, Monetária e Cambiais). Por isso, descrevemos aqui as variáveis de taxas de juros proposta a partir da política cambial adotada no país.

Além da política monetária, a política cambial influencia semelhantemente a taxa de juros. (ZINI JUNIOR, 1995, P.213).

A política econômica revela uma relação entre a taxa de juros e a atração por capitais estrangeiros que se estabelecem domesticamente em busca de melhores rentabilidades e retornos esperados. No entanto, a relação entre a taxa de câmbio e a taxa de juros se mantém apreciada, a atração de capital estrangeiro deverá ser feita através de uma elevação da taxa de juros doméstica, no sentido de compensar a fuga de divisas provocada pela desvalorização da moeda nacional, o que representa uma baixa taxa de câmbio. Por seguinte, essa elevação na taxa de juros irá afetar sobremaneira o

ingresso do capital estrangeiro no país, com o aumento também da renda recebida do exterior, ou seja, o nível de divisas aumenta e o equilíbrio do balanço de pagamento se torna financiado pelo capital estrangeiro. A grande questão de todo esse raciocínio, é que valorizada a moeda nacional cai a competitividade das empresas nacionais e com elas as exportações, de tal modo que para se equilibrar o balanço de pagamento se torne necessário um financiamento do setor externo por um aumento via taxa de juros domésticos, esses empréstimos ou capitais especulativos que irão reforçar os níveis de reservas, um dia terão que sair sob a forma de obrigação aos compromissos estrangeiros e o que é pior, a juros elevadíssimos, o que torna fragilizada a nossa economia, uma vez que mais empréstimos do BIRD e FMI terão que ser feitos para que o equilíbrio do balanço de pagamento sejam realizados posteriormente. (ZINI JUNIOR, 1995).

Portanto, dada a relação entre a taxa de juro e a taxa de câmbio, pensa-se que a economia brasileira adote uma política de regime cambial em que a taxa de câmbio seja ideal para promover o crescimento das exportações no Pará, dando maior competitividade aos produtos nacionais e paraense no mercado externo, gerando assim divisas e dessa forma promovem um crescimento econômico sustentado sem pressionar a taxa de juros e a inflação, de modo a não incentivar as especulações no lugar dos movimentos especulativos. O importante é promover o aumento do volume das exportações e gerar divisas para as nossas reservas cambiais, a fim de que não se dependa dos capitais estrangeiros para equilibrar o balanço de pagamento comercial. Logo, o Brasil e o Pará só terão uma economia forte se adotar constantes e intensas pressões sobre as taxas de juros nas transações comerciais.

4- A POLÍTICA **CAMBIAL E AS EXPORTAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.**

No equilíbrio ou regulação do balanço de pagamento a política econômica mais apropriada é a cambial, seja sobre a taxa de câmbio real que afeta a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo uma vez que a mesma leva em conta o nível de preços externos, seja sobre as expectativas

de uma desvalorização nominal que estimula as exportações domésticas gerando divisas para as reservas nacionais. Por conseguinte, dada a importância da taxa de câmbio como instrumento de política econômica adotado pelo governo, como argumenta, SINGER.

“A política cambial adotada pelo governo tem o papel fundamental de otimizar o equilíbrio da balança comercial do país.”
(SINGER, 1999, P. 309)

Ressalta-se, que a taxa de câmbio nominal aqui definida constitui-se como a relação entre a moeda nacional (\$ real) e a moeda estrangeira (dólar), (euro) etc. ou seja, é o preço de uma unidade estrangeira medida em unidades monetárias nacionais. Segundo, o autor citado acima a política de taxa cambial nos permite analisar o poder de compra frente ao mercado externo, e mais do que isso, a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional. Nesse sentido, as exportações no Pará especificamente, necessitam do uso da taxa de câmbio real (TCR), que se diferencia da nominal por incluir a medida da sua depreciação (variação dos preços internos), e de sua apreciação (variação dos preços no exterior que leva a uma desvalorização da moeda estrangeira). Como afirma SINGER.

“Se um país tem uma inflação significativamente elevada essa relação aos outros países é principalmente de seus parceiros comerciais, o mesmo verá sua moeda nacional, sofrer perda de poder aquisitivo ou depreciação em relação à de outros países”.
(SINGER, 1999, p.324)

Assim sendo, a taxa de câmbio real mede o poder de compra da moeda nacional e concomitantemente a competitividade dos produtos no mercado externo principalmente via nível de preço. As quais definimos abaixo:

$TCR = e \cdot P^* / P$; executar-se em logaritmo, temos :

$$\ln TCR = \ln e + \ln P^* - \ln P$$

Onde:

TRC (representa taxa de câmbio real)

e (representa taxa de câmbio nominal)

P* (representa nível de preços externos)

P (representa nível de preços internos)

Entretanto, quando se pretende aumentar ou diminuir as exportações e importações, ou seja, criar expectativas favoráveis para as mesmas se faz isso da chamada política cambial, a qual é determinada pelo Governo para atingir fins específicos.

Existem empiricamente duas políticas cambiais com efeitos diretos sobre a taxa de câmbio, mas com implicações na macroeconomia opostas. Uma delas seria a política de desvalorização cambial, onde a moeda nacional é desvalorizada frente a moeda estrangeira perdendo o poder de compra em relação a esta, ou seja, se encontra depreciada. O grande objetivo da política que é incentivar as exportações para gerar superávit na balança comercial, no saldo em transações correntes e por fim no balanço de pagamento.

A segunda política cambial com efeitos diretos sobre a taxa de câmbio seria o da apreciação cambial, nossa moeda nacional se valorizaria em relação a estrangeira ganhando poder de compra no mercado externo e ao contrário da política de desvalorização os incentivos seriam para as importações e poderiam gerar efeito contraditório para o saldo da balança comercial, em transações correntes e do próprio balanço de pagamento.

Contudo, há um embate conceitual na definição de taxa de câmbio real devido a composição para o cálculo de sua medida proposta neste capítulo, para alguns economistas. No entanto, os tradicionalistas defendem que há aferição da taxa de câmbio real o conceito de paridade do poder de compra (PPC), este conceito baseia-se fundamentalmente na lei do preço único, que estabelece a igualdade de preço quando estes forem expressos na mesma moeda, de bens comercializáveis internacionalmente, este processo se faria possível através da ação dos agentes econômicos, como por exemplo: Os exportados que perceberiam as diferenças de preços no mercado internacional e com isso promoveriam o equilíbrio aproveitando as diferenças de preços. Entretanto, o conceito de paridade entendida como lei de preço único, não seria viável em um país que é extremamente vulnerável as especulações cambiais e a outros fatores de ordem social, política partidária, capitalista etc. Pois ele dependeria para dar certo de uma série de hipóteses que não se encontram presentes na realidade econômica paraense.

Existem, no entanto, a chamada corrente alternativa que se baseia em fatos empíricos que comprovam a não igualdade de preços nos diversos países, a qual sugere uma definição da taxa de câmbio real como preços relativos de bens comercializáveis e não comercializáveis. Quando se fala em bens não comercializáveis defendem-se automaticamente ajustes de preços através da oferta e demanda agregada interna para esses produtos, sem a interferência do mercado externo e o resultado seria uma diferença de preços internos e estrangeiros. Sabe-se, no entanto, que há diferentes índices na determinação da taxa de câmbio real para cada tipo de produto tanto comercializáveis e não comercializáveis no universo de índices de preços na economia paraense.

Mas, nos deteremos somente movimentos do setor de exportação no Pará. O qual em 9º lugar na participação do produto interno bruto (PIB) do Brasil é 5º lugar na Região Norte no período de 1990 a 2006.

Tabela 02 – Participação do Estado do Pará no PIB a preço de mercado corrente, da Região Norte de 1990 a 2004.

Ano	Rondônia (%)	Acre (%)	Amazonas (%)	Roraima (%)	Pará (%)	Roraima (%)	Tocantins (%)
1.990	9,92	2,81	36,85	2,37	41,69	3,26	3,20
1.991	8,94	2,84	35,74	1,99	43,22	3,41	3,85
1.992	9,21	3,35	36,62	1,97	40,91	4,07	3,86
1.993	8,41	2,72	36,09	1,30	45,00	3,12	3,37
1.994	8,58	3,09	33,09	1,34	46,65	3,52	3,73
1.995	9,88	3,32	36,70	1,57	40,32	4,12	4,09
1.996	10,07	3,18	38,97	1,51	38,32	3,71	4,24

1.997	10,90	3,41	37,42	1,61	38,22	3,96	4,47
1.998	11,26	3,55	36,91	1,82	38,04	3,67	4,74
1.999	11,60	3,59	35,92	1,89	38,48	3,66	4,86
2.000	11,11	3,36	37,26	2,21	37,34	3,89	4,84
2.001	10,66	3,37	36,36	2,14	38,14	3,95	5,38
2.002	10,74	3,33	36,92	2,20	37,66	3,91	5,23
2.003	10,97	3,51	36,24	2,16	37,73	3,98	5,41
2.004	10,43	3,47	38,42	2,00	36,60	3,98	5,10

Fonte: SEPOF/ DIEPI / GERES – IBGE

Tabela 03 – Posição do Pará no ranking nacional de exportações em 2005 e 2006 da Balança Comercial. em US\$ 1.000 FOB.

Ranking	Estado	Exportação 2005	Ranking	Estado	Exportação 2006
1º	São Paulo	38.007.693	1º	São Paulo	45.929.528
2º	Minas Gerais	13.500.769	2º	Minas Gerais	15.638.137
3º	Rio G. do Sul	10.453.684	3º	Rio G. do Sul	11.774.412
4º	Paraná	10.022.669	4º	Rio de Janeiro	11.469.574
5º	Rio de Janeiro	8.191.295	5º	Paraná	10.001.941
6º	Bahia	5.987.744	6º	Bahia	6.771.981
7º	Espírito Santo	5.591.454	7º	Espírito Santo	6.720.018
8º	Santa Catarina	5.584.125	8º	Pará	6.707.603

9º	Pará	4.807.638	9º	Santa Catarina	5.965.687
10º	Mato Grosso	4.151.611	10º	Mato Grosso	4.333.376
11º	Amazonas	2.143.979	11º	Goiás	2.092.028
12º	Goiás	1.816.294	12º	Maranhão	1.712.701
13º	Maranhão	1.501.034	13º	Amazonas	1.522.851
14º	Mato G. do Sul	1.149.018	14º	Mato G. do Sul	1.004.204
15º	Ceará	930.451	15º	Ceará	957.045
16º	Pernambuco	784.888	16º	Pernambuco	780.340
17º	Alagoas	583.790	17º	Alagoas	692.543
18º	Rio G. do Norte	413.317	18º	Rio G. do Norte	371.503

Fonte: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio

Elaboração: SEPOF / DIEPI / GEDE

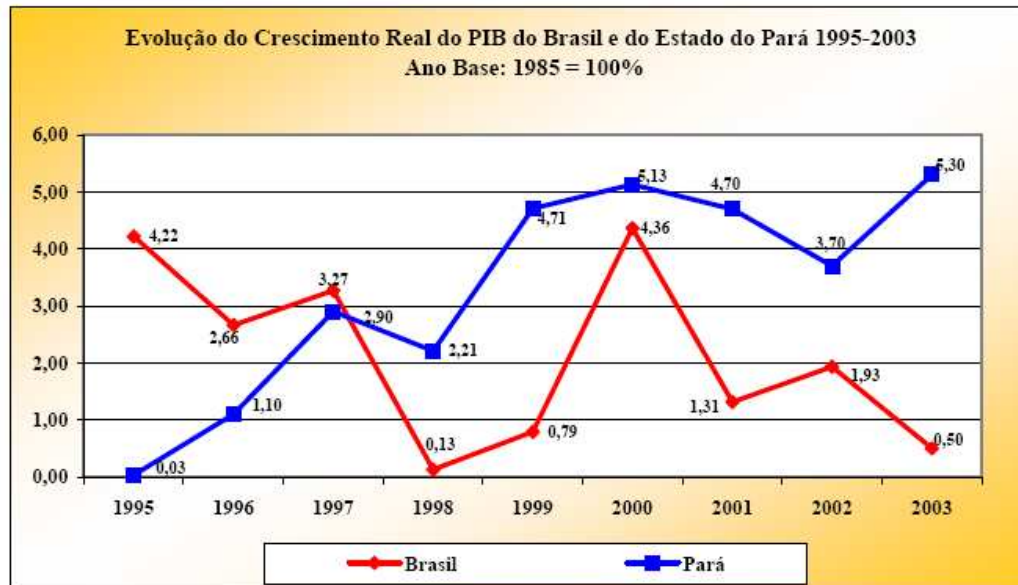
Observando, as tabelas 02 e 03 percebe-se que o Estado do Pará tem apresentado alterações no perfil econômico, resultado do processo de modernização da máquina administrativa e de investimentos em infra-estrutura (rodovias e energias, além de Porto etc.) na concessão de estímulos fiscais, credícios etc. permitindo a concessão e a maturação de investimentos na reestruturação, diversificação e modernização da base produtiva estadual, possibilitando viabilizar a formação de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas na economia paraense.

Segundo dados da SEPOF / DIEPI, os principais indicadores que evidenciam que confirmam o surgimento de um novo perfil econômico e a sustentabilidade do desenvolvimento, estão relacionados aos resultados do produto interno bruto – PIB, como observamos na tabela 02 e 03. O Pará no ranking Nacional está em 9º lugar e na região norte em 5º. Isto quer dizer que o Pará em participação é extraordinária no produto interno bruto – PIB gerado pelo setor de exportação.

Em 2003, por exemplo, o produto interno bruto do Estado do Pará foi de R\$ 29,215 bilhões, registrando uma taxa de crescimento real de 5,3%. Esta taxa é superior à evolução do PIB em 2002, que foi de 3,7% é maior do que a taxa do Brasil de 0,5%, 2003. O PIB do Pará é calculado pela Secretaria Executiva do Estado, planejamento e orçamento e finanças (SEPOF) vinculada à secretaria

especial de estado de gestão, em parceria com o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE).

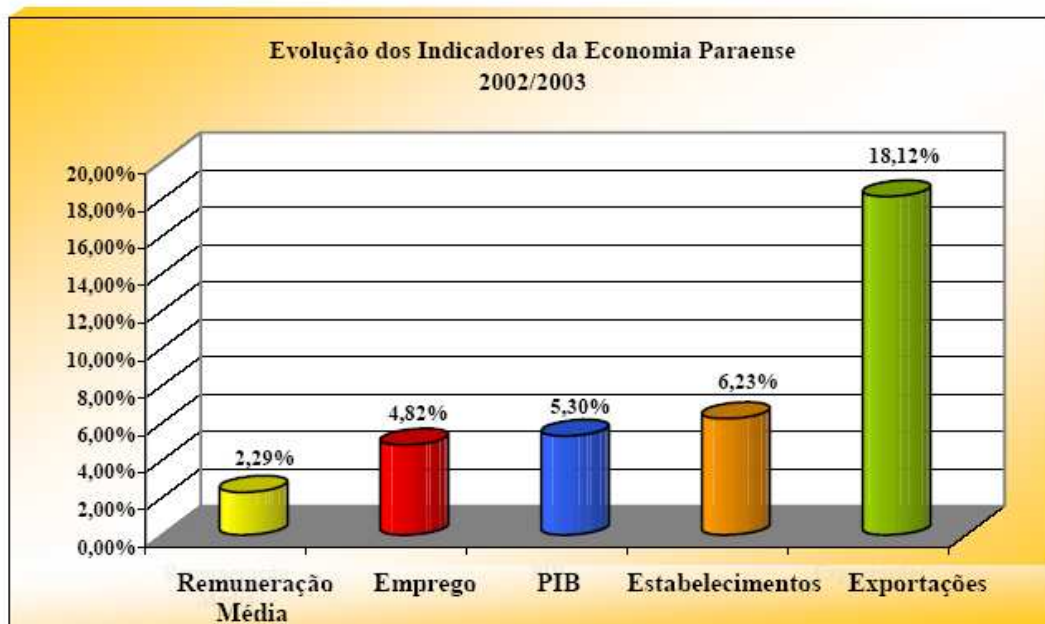
Vejamos o gráfico 01.



Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES – IBGE.

Nota-se, que desde o desempenho da economia do estado do Pará segundo o gráfico 01, medido pelo PIB, representando umas evoluções positivas, maiores, inclusive, que as taxas do país. O PIB da região norte localizou R\$ 77,436 bilhões e registrou taxa de 5,4%. No ranking da região, o valor do PIB paraense ocupa o 1º lugar, com uma participação de 37,66% e entre as unidades da Federação é a 11ª maior economia do país. Demonstrado no gráfico 02 abaixo.

Gráfico 02 – Da Evolução dos indicadores da economia paraense 2002/2003.



Elaboração: SEPOF/DIEPI/GERES – IBGE.

As evoluções desses indicadores ainda são frutos da trajetória recente do próprio estado do Pará e das condições favoráveis internacional. No caso da relação da dinâmica econômica estadual com economia internacional, o aumento das exportações paraense foi provocado é essencialmente, pela evolução da demanda e da cotação de preços no mercado internacional de produtos minerais, que está registrado no balanço das empresas desse setor e também impulsionado pela apreciação cambial do dólar em comparação do real, no ano de 2003, onde a taxa cambial média de 2003 foi o de R\$ 3,028 maior, portanto, do que a de 2002, que foi de 2,971.

Analisando por setor de atividades, o melhor desempenho foi constatado na indústria, com evolução real de R\$ 7,78%, seguido pelo setor agropecuário com 4,95% e o de bens e serviços com 3,30%. Este último, ainda é o que detém a maior participação 41% no PIB total do estado do Pará. No entanto, ressalta-se, que a participação da indústria vem crescendo, em 2002, representava 33%, em 2003 passou para 35% . O setor agropecuário passou de 26% em 2002 para 24% em 2003.

Das empresas que mais contribuem para o crescimento do PIB em termos de exportação no Pará são as empresas abaixo relacionadas na Tabela 04.

Tabela 04 – Das principais empresas exportadoras em 2004/2005.

Principais Empresas Exportadoras 2004-2005
US\$ FOB

Ord.	Discriminação	Janeiro a Dezembro/2005		Janeiro a Dezembro/2004		Var %
		VALOR	%	VALOR	%	2005/04
TOTAL DA ÁREA		4.807.637.832	100	3.804.690.435	100	26,36
TOTAL DAS PRINCIPAIS EMPRESAS		4.277.956.119	88,98	3.307.155.490	86,92	29,35
1	Companhia Vale do Rio Doce	1.749.324.705	36,39	1.184.647.024	31,14	47,67
2	Albrás Alumínio Brasileiro S/A	768.478.952	15,98	719.824.033	18,92	6,76
3	Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A	422.324.653	8,78	316.550.665	8,32	33,41
4	Mineração Rio do Norte S/A	147.183.819	3,06	127.573.667	3,35	15,37
5	Companhia Siderúrgica do Pará Cosipar	127.902.879	2,66	71.181.328	1,87	79,69
6	Rio Capim Caulim S/A	113.385.445	2,36	108.328.409	2,85	4,67
7	Jari Celulose S/A	107.568.993	2,24	136.244.860	3,58	-21,05
8	Rio Doce Manganês S/A	99.032.227	2,06	83.761.020	2,2	18,23
9	Cadam S/A	60.588.338	1,26	70.818.959	1,86	-14,45
10	Siderúrgica Ibérica S/A	56.525.470	1,18	58.296.022	1,53	-3,04
11	Para Pigmentos S/A	50.108.576	1,04	50.108.235	1,32	---
12	Usina Siderúrgica de Marabá Sociedade Anônima	48.417.699	1,01	32.249.751	0,85	50,13
13	Sidepar - Siderúrgica do Pará S/A	44.002.260	0,92	---	---	---
14	Orsa Celulose, Papel e Embalagens S/A	41.000.001	0,85	---	---	---
15	Simara Siderúrgica Marabá S/A	39.840.776	0,83	32.433.627	0,85	22,84
16	Billiton Metais S/A	38.764.173	0,81	30.984.681	0,81	25,11
17	Camargo Correa Metais S/A	36.107.429	0,75	37.251.026	0,98	-3,07
18	Terra Norte Metais Ltda.	32.411.986	0,67	15.126.517	0,4	114,27
19	Mineração Buritama S/A	25.810.818	0,54	8.623.264	0,23	199,32
20	Nordisk Timber Ltda	20.971.247	0,44	14.422.425	0,38	45,41
21	Pampa Exportações Ltda	19.259.434	0,4	16.311.278	0,43	18,07
22	Brascomp Compensados do Brasil S/A	18.531.779	0,39	20.143.649	0,53	-8
23	Tradelink Madeiras Limitada	17.677.470	0,37	15.588.215	0,41	13,4
24	Cikel Brasil Verde S/A	17.594.942	0,37	21.394.657	0,56	-17,76
25	Robco Madeiras Ltda	15.151.686	0,32	13.179.674	0,35	14,96
26	Eldorado Exportação e Serviços Ltda	13.877.702	0,29	13.098.818	0,34	5,95
27	Madeireira Rancho da Cabocla Ltda	13.584.785	0,28	9.595.215	0,25	41,58
28	Madenorte S/A Laminados e Compensados	13.271.941	0,28	13.276.009	0,35	-0,03
29	Vitória Regia Exportadora Ltda	11.708.781	0,24	4.823.241	0,13	142,76
30	Tamex Comercio Importação e Exportação Ltda	10.984.784	0,23	6.091.586	0,16	80,33
31	Ebata - Produtos Florestais Ltda	10.697.084	0,22	9.292.002	0,24	15,12
32	Cargill Agrícola S A	10.284.470	0,21	586.975	0,02	---
33	Mg Madeireira Araguaia, Indústria, Comércio e Agr	10.039.466	0,21	8.815.227	0,23	13,89
34	Serraria Marajoara Indústria Comércio e Exportação	9.997.586	0,21	11.120.200	0,29	-10,1
35	Eidai do Brasil Madeiras Sociedade Anônima	9.903.207	0,21	9.992.605	0,26	-0,89
36	Bunge Alimentos S/A	9.623.150	0,2	3.695.223	0,1	160,42
37	Juruá Florestal Ltda	9.183.742	0,19	6.439.765	0,17	42,61
38	Milton Jose Schnorr	8.957.811	0,19	5.568.855	0,15	60,86
39	Floraplac Industrial Ltda	8.953.808	0,19	14.571.573	0,38	-38,55
40	Campasa Camarões do Pará S/A	8.922.045	0,19	5.145.210	0,14	73,4
41	DEMAIS EMPRESAS	529.681.713	11,02	497.534.945	13,08	6,46

FONTE: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
Elaboração: SEPOF/ DIEPI / GEDE

E, das atividades e produtos que mais contribuíram e contribuem para o crescimento real do PIB paraense, destacam-se com crescimento de 5,3% em 2003: extrativa mineral (19,23%), comunicações (18,42%), a indústria de transformações (12,00%), Serviço de Utilidade Pública-SIUP (6,23%), agropecuária (4,54%) e o comércio (5,68%). Apenas dois segmentos apresentam o decréscimo: outros Serviços (-4,42%) e a Construção Civil (-1,19%).

Como percebemos na tabela 05 e 06 abaixo das principais empresas de produtos exportados que mais contribuem para o crescimento no Produto Interno Bruto no Pará e no Brasil nos últimos anos. A Vale do Rio Doce obteve

arrecadação de 1.184.647.021 bilhões de dólares em 2004 à 2005; E, em 2006 o valor chegou em 1.769.324.706 bilhões de dólares o que mostra uma variação em porcentagem de 2005 para 2006 de 47,67% sendo que em 2005 foram 31,11% e em 2006 o crescimento chegou em 36,39% no faturamento desta empresa. Em segundo lugar vêm a Albras Alumínio Brasileiro S/A com 768.478.952 bilhões de dólares em 2006 para 719.824.033 bilhões em 2005, com uma variação entre esses anos de 6,75%. Em terceiro lugar destacam-se a Alunorte Alumínio do Norte do Brasil S/A, com 422.324.053 milhões de dólares em 2006; o crescimento ficou em torno de 8,78%.

Destacaram-se, apenas as três maiores empresas que exportam mais no Estado do Pará; Mas, além dessas destacam-se outras como: Mineração Rio do Norte S/A, Companhia Siderúrgica do Pará, Rio Capim Caulim S/A, Jarí Celulose S/A, Rio Doce Manganês S/A entre outras relacionadas na tabela 05. o que confirma a posição que o Pará vem ocupando no Ranking Nacional dos estados que mais exportam e assim contribuem para o faturamento do Produto Interno Bruto Brasileiro, em 2004 o Pará ocupava o 9º lugar ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina. Já em 2006, o Pará ocupam o 8º lugar, superando o Estado de Santa Catarina, como observou-se na Tabela 03 e a perspectiva é que o Pará mesmas de exportações , uma vez que as empresas estão investindo mais em tecnologia para o beneficiamento dos produtos que comercializam no exterior, além de exigirem mais qualificação dos trabalhadores, não importando; todavia a preocupação com a qualidade de vida, com a formação de sua consciência crítica, e sim com a técnica, a habilidade de saber manipular máquinas sem que esses trabalhadores despertem e reflitam sobre sua condição social enquanto cidadão, conformando com os poucos ou quase nenhum direito de cidadania que lhe é oportunizado, acomodando-se com um salário mínimo para tentar sobreviver. Enquanto essas empresas como a Vale do Rio Doce, por exemplo, tem um faturamento anual cotado em bilhões de dólares.

Essa relação orgânica fruto das estruturas capitalista sempre irão exercer entre exportadores e explorados em relação de dependência e alienação. Pois, poucos sempre ficaram com muito pouco e muitos ficaram com quase nada.

Caberia questionar: Como se demonstra essa máquina de produzir injustiça chamada de capitalismo em nosso país?

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia paraense sempre apresentou uma lógica internacional na sua política cambial, atuando com mais ou menos intensidade dependendo do regime cambial adotado e a interesses quase sempre aliados a objetivo de equilibrar o saldo da balança de pagamento, ou seja, sempre se utilizando da taxa de câmbio como um instrumento de política econômica.

Todavia, sabemos da sensibilidade da política cambial sobre as contas externas, e mais do que isto defendemos uma desvalorização cambial no sentido de criar as condições objetivas para incentivar as exportações, gerando superávit no saldo de conta em transações correntes e do próprio balanço de pagamento, aumentando assim as divisas nacionais, e mais que isto, não pressiona a taxa de juros e um crescimento econômico sustentado.

Nota-se que a economia paraense vem mudando desde 1990, principalmente no setor exportação. Uma vez que o crescimento do volume de exportações e o faturamento em dólares nesse setor cresceram de 1990 a 2006 em torno de 6.707.603 bilhões.

Toda a dinâmica de exportações e demais atividades comerciais no Pará e no Brasil é regida pela política cambial, ou seja, vive-se em função da variação da cotação da moeda estrangeira, e a principal delas é o dólar, o processo de especulação cambial é o agente influenciador pela variação do câmbio na economia tanto nacional como local.

Uma vez que o Governo Federal hoje, está preocupado com o efeito do dólar barato sobre a economia, e o que é pior o governo ainda não sabe o que fazer que política adotar. Essa sentença já vem desde 2005.

“Segundo, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci. O principal problema do dólar barato do ponto de vista do Ministério da Fazenda é seu efeito negativo sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os setores exportadores têm seus custos de produção em reais, mas suas receitas são em dólares, e por isso, eles enfrentam dificuldades quando a cotação da moeda americana cai”. (Jornal O Liberal, caderno Poder, 2007, p.2).

Em 2006, a produção industrial cresceu 2,8%, contra 3,1% registrados em 2005. O encolhimento foi concentrado nos setores exportador.

O Governo não tem claro o que fazer para conter a queda do dólar, além de usar o instrumento tradicional que é o Banco Central comprar a moeda estrangeira disponível no mercado e a taxa de juros. Continos em queda, reduzindo a atratividade do mercado brasileiro ao capital externo.

Nesse sentido, as indústrias paraenses acendem a luz amarela de alerta, quando a queda do dólar e sem efeito profundamente negativo quanto às exportações.

Se mantida a desvalorização do dólar a economia do Estado entrará mais profundamente em uma grande crise. A depreciação do dólar frente ao real chegou mês de fevereiro de 2007 à quase 3%.

Segundo o presidente da Fiepa a depreciação contínua do dólar é causada principalmente pela entrada maciça no Brasil de capital de curto prazo, atraído pelas altas taxas de juros ainda praticadas no país por decisão do Banco Central. “Talvez os juros excessivamente altos estejam provocando a queda contínua do dólar.”

O Pará já teve em 2006 um ano muito difícil no setor exportador, no que concerne ao câmbio com forte descapitalização e em alguns setores também com perdas de competitividade. Para se adequarem as difíceis condições impostas pela difícil conjuntura do ano passado, causada pelo desmulamento do câmbio. As indústrias paraenses tiveram que fazer enormes sacrifícios, enxugamento de custos e aumento da produção, mas, algumas empresas podem não suportar e até falir. A situação delicada da economia paraense também é a mesma preocupação que outros estados estão sentindo sobre a desvalorização do dólar.

Portanto, a política cambial é um fator comprovadamente regulador do comércio de exportação no Brasil, Pará e no mundo.

À medida que é a forma e o objetivo passado pelo Governo que conduzirá toda a economia.

BIBLIOGRAFIA

BRANSON, Willian H. **Macroeconomia, teoria e política**. Tradução da 2ª ed. em inglês, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979. Cap. 7 e 9.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20ª ed. Editora UNIJUÍ, 1999.

CAMARGO, José Francisco. **Política econômica**. 1º ed. Atlas, 1967.

DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia**. 2º ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

ELLSWORTH, P.T. **Economia internacional**. São Paulo: Atlas, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GILBERTO, TADEU. **Introdução ao mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Hoffmann, Rodolfo. **Análise de regressão: uma introdução a econometria.**
São Paulo : Hucitec, 1998.

JOÃO A. Paulo, e MINEIRO, Adhemar. **Vinte anos de política econômica.**
Rio de Janeiro: Contra ponto, 1999.

KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M. **Economia Internacional teoria e pratica.**
São Paulo: Makron Books, 1999.

Kazmier, Leonard. **Estatística aplicada a economia e administração.** São
Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1989.

LEITE, José Alfredo. **Macroeconomia, teoria modelos e instrumentos de
política econômica.** Atlas, 1994. p. 324-334.

LOPES, João do Carmo. **Economia monetária.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LOPEZ VASQUEZ, José. **Comércio Exterior Brasileiro.** São Paulo: Atlas,
1995.

MAIA, Jaime de Mariz. **Economia internacional e Comercio Exterior.** 6ª ed.
São Paulo: Atlas, 2000.

MINC, Alain. **As vantagens da globalização.** Tradução de Maria Alice. Rio de
Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NOGUEIRA, A. Danilo. **Macroeconomia.** Revisão técnica de Sandra de
Negraes Brisala, São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil (RS), 1990.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio.** 8ª ed. São Paulo:
Aduaneiras, 1994.

ROSSETTI, José Pascoal. **Política e Programação Econômica**, São Paulo: Editora da USP, 1995.

ROBERT E. Hall, e John B. Taylor. **Macroeconomia**, Rio de Janeiro: Campus 1989.

SACHS, Juffrey D., e FELIPE, Larrain B. **Macroeconomia**. Makron Books do Brasil Ltda, 1995.

SANCHEZ, Inaiê. **Para entender a internacionalização da Economia**. São Paulo: Senac, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Balanco de Pagamentos e Divida Externa**. São Paulo: Atlas, 1979.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O Brasil na crise**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O que é economia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

WILLIAMSON, John. **A economia aberta e a economia mundial, um texto e economia internacional**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

ZINI JUNIOR, Álvaro Antônio. **Taxa de Câmbio e Política Cambial no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

♦ PERIODICOS:

Modelos de Crescimento de Inspiração Keynesiana. **Revista Estudos Econômicos**. USP, nº 1, vol 28, p. 5-33, jan. – mar. 1998.

Revista Conjuntura Econômica. Câmbio livre, nº2, vol 3, fev.1999.

Revista de Economia Política, nº 1, vol 9, p. 47. mar. 1989.

Revista Estudos Econômicos, nº1, p. 5-32., jan.–mar. 1998.

Revista Tempo Social. Além da Estabilização do Plano Real, vol 11, nº 2, p. 83
– 96. 1999.